

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**LUCAS ZENKNER BROSE**

**O SISTEMA ONU EM PAÍSES DE RENDA MÉDIA:  
PERSPECTIVAS PARA O BRASIL**

Porto Alegre,

2011

**LUCAS ZERNKNER BROSE**

**O SISTEMA ONU EM PAÍSES DE RENDA MÉDIA:  
PERSPECTIVAS PARA O BRASIL**

Trabalho de conclusão  
submetido ao Curso de Graduação  
em Economia, da Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRGS,  
como quesito parcial para obtenção  
do título Bacharel em Ciências  
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Flávio  
Vasconcellos Comim.

**Porto Alegre**

**2011**

**LUCAS ZENKNER BROSE**

**O SISTEMA ONU EM PAÍSES DE RENDA MÉDIA:  
PERSPECTIVAS PARA O BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido  
ao Curso de Graduação em Economia,  
da Faculdade de Ciências Econômicas  
da UFRGS, como quesito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

---

Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim – orientador

UFRGS

---

Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior

UFRGS

---

Profa. Dra. Analúcia Danitevicz Pereira

UFRGS

## Sumário

Sumário	iv
1 Introdução	1
2 Sistema ONU	3
2.1 Breve história do Sistema ONU	3
2.2 Sistema ONU: adição de valor?	8
2.2.1 A independência	9
2.2.2 Eficiência e legitimação	10
3 Países de Renda Média (PRM)	13
3.1 Desenvolvimento a partir da justiça social	15
3.2 Classificando países de renda média	17
3.3 Desenvolvimento além da dualidade e classificação	21
4 O exemplo do Brasil, experiências e desafios	24
4.1 Políticas para países de renda média e políticas de desenvolvimento humano	24
4.2 A experiência brasileira: tendências gerais	25
4.3 Desafios teóricos e práticos para um novo Sistema ONU no Brasil	29
5 Conclusões	31
6 Bibliografia	32
7 Anexos	35

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar que o Brasil está em um período de amadurecimento de suas instituições democráticas ao mesmo tempo em que a sua economia cresce. Essas características o tornam único e incapaz de ser classificado a partir de sua renda pela multidimensionalidade da vida humana. A dependência que países com grandes desigualdades e um médio PIB per capita de instituições internacionais como a ONU se reduziu por terem conseguido elaborar políticas internas para solucionar problemas, como o combate à fome. As agências e escritórios do Sistema ONU ainda têm espaço para atuar no Brasil, no entanto, a reformulação de sua abordagem feita para lidar com países pobres é impreterível. Esta nova abordagem da ONU deverá abarcar um novo relacionamento com as esferas públicas, passando a trabalhar com os estados e municípios.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento, Justiça social, Sistema ONU, país de renda média.

## ABSTRACT

The objective of this paper is to show that Brazil is in a period of maturity growth of its democratic institutions at the same time as its economy grows. These characteristics make it unique, unable to be classified based on their income because of the lack of multidimensionality of human life. The dependence of countries with large inequalities and an average GDP per capita of international institutions like the UN should have done so by reducing internal policies to solve problems like hunger. Agencies and offices of the UN System still have room to operate in Brazil, however, recast its approach taken to deal with poor countries is imperative. This new approach of the UN should embrace a new relationship with the public spheres, going to work with states and municipalities.

**Key Words:** Development, Social Justice, UN System, Middle-income country.

## 1 Introdução

O Brasil está, no século XXI, em um período de crescimento econômico que não tem mostrado grandes avanços na área de justiça social. Apesar de tanta riqueza ser produzida, as áreas educacionais e de saúde não tem tido avanços. Assim, o IDH brasileiro continua muito abaixo de seus semelhantes da América do Sul. A contradição é o que o caracteriza. Entretanto, as diversas instituições financeiras internacionais e organismos de produção científica (como Banco Mundial e OCDE) fazem suas classificações dos países baseados em suas rendas. Adotam essa grandeza unidimensional para mensuração por uma questão bancária, para concessão ou não de empréstimos, sem um embasamento nos estudos de desenvolvimento atuais: das liberdades e capacidades.

A exceção é a ONU, que têm em seus paradigmas os direitos humanos e o desenvolvimento humano. Assim, a partir de uma visão de justiça social, somada a uma situação privilegiada de prestígio e credibilidade por sua imparcialidade, atua em países de baixa renda de forma a fortalecer as instituições locais, criar projetos de combate às mazelas que atacam a população e ajudar a diminuir as desigualdades. No século XX, atuou a partir do modelo de combate à pobreza nos países não centrais. Para tanto, a ONU criou um modelo de atuação baseado em agências e escritórios instalados nos próprios países para que atuem diretamente e poderem agir conforme as peculiaridades locais.

Esta visão é fortemente influenciada pelo contexto de bipolarização mundial que reflete na percepção de existência de dois blocos de países e suas riquezas: Norte rico e Sul pobre. Sua existência, por vezes questionada por não conseguir se reformular com a velocidade necessária, ainda é fundamental por ser independente.

Dessa forma, o Sistema ONU tem conseguido compor a agenda do mundo sobre problemas de desigualdade econômica, social e ambiental. Que, além de dar foco, impacta positivamente sobre a produção de conhecimento. Assim, o debate a cerca do desenvolvimento e justiça social é mister para o entendimento de quais espaços devem ser utilizados.

Entretanto, este trabalho levanta a hipótese de que em países como o Brasil, que tornaram a questão da pobreza como devendo ser solucionado por políticas públicas internas, o Sistema ONU terá espaço para continuar a trabalhar? Ou está fadado a agir apenas em países com renda baixa? É possível que uma nova abordagem para solucionar novos problemas seja feita através de uma nova agenda?

No segundo capítulo se elucidará a formação da ONU e os principais acontecimentos que ajudem na melhor compreensão dos motivos pelos quais a ONU enfrenta críticas e há diversos atores reclamando por uma reformulação tanto de suas políticas quanto de sua estrutura. Também são elencados as virtudes e princípios que norteiam esta instituição supranacional única no mundo.

No terceiro capítulo mostrar-se-á os elementos usados para classificar os países por instituições financeiras internacionais questionando sua metodologia ao usar, como pressuposto, que desenvolvimento iguala-se a crescimento. Entretanto, através de Sen, Nussbaum e Rawls, inferem-se outras abordagens mais apropriadas que partir da lógica do desenvolvimento com justiça social.

No último capítulo se faz uma série de inferências a respeito de quais elementos devem ser usados para realizar a nova agenda da ONU para trabalhar nos países com pobreza e problemas de instituições com baixa maturidade.

## 2 Sistema ONU

### 2.1 Breve história do Sistema ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) é criada após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com o intuito de evitar uma possível terceira guerra que teria fins catastróficos à humanidade com a corrida nuclear e ser um canal de diálogo entre as nações. Vem a substituir a Liga das Nações que falhou ao não impedir a Segunda Guerra Mundial<sup>1</sup>. Seu grande sucesso é o fato de que, desde seu início, contou com grande representatividade, ao contrário de sua predecessora.

É formada por seis órgãos principais: Secretariado, Conselho de Tutela, Conselho Econômico e Social, Assembléia Geral, Conselho de Segurança e Corte Internacional de Justiça. Cada um destes órgãos tem diversos organismos menores e específicos de forma a atuarem nas mais diferentes formas de conhecimento que não conseguem ser solucionadas pelo livre mercado e nem pelo Estado (Ver Anexo 1). Destas, as duas de maior importância são o Conselho de Segurança e a Assembléia Geral.

Com o início da Guerra Fria na década de 50, inicia-se uma configuração bipolar do mundo onde Conselho de Segurança<sup>2</sup> torna-se o centro principal deste embate na ONU. Conseqüentemente, poucas decisões são tomadas e muitas recomendações feitas<sup>3</sup>. Assim, a União Soviética começa a impedir que ações militares dos Estados Unidos sejam legitimadas<sup>4</sup>, sob justificação de caráter de respeito extremo ao que seria um consenso baseado na Paz de Westfália<sup>5</sup>. Os Estados Unidos só conseguiram realizar suas invasões na América Central e a guerra do Vietnã sob a autorização da SEATO.<sup>67</sup>

---

<sup>1</sup> Como previsto por Lorde John Maynard Keynes em *The economic consequences of the Peace*, de 1919.

<sup>2</sup> Órgão que legitima intervenções militares sob justificativa de libertar sociedades onde os direitos humanos não são respeitados.

<sup>3</sup> No conselho de segurança, um veto de um dos cinco países com assento permanente tem poder unilateral.

<sup>4</sup> Essa postura é tomada pelo menor número de países aliados ao bloco comunista filiados à ONU.

<sup>5</sup> Série de tratados assinados em 1648 acabando com o monopólio religioso católico e que o estado tem interesses acima dos religiosos. Destarte, inaugura a era moderna ao reconhecer a soberania de estado e, após, o início do nacionalismo (para mais, ver Hobsbawn, 2008).

<sup>6</sup> Organização do Tratado do Sudeste Asiático, criada em 1954 com o intuito de garantir uma posição estadunidense no sudeste asiático, próximo à URSS e China.



A dicotomia, entre o leste e oeste do Norte, moldou a ONU de forma tão profunda que, em pleno século XXI, pode-se notar sua presença nas mais diversas instâncias. Como exemplo, o Conselho de Segurança da ONU, sendo composta por países da correlação de forças da década de 1950 (conhecidos por P-5<sup>8</sup>).

A década de 70 se torna um novo marco, pois, em plena Guerra Fria a atenção do Norte é desviada para uma nova força: o Sul. Estes detêm poder econômico e político nas relações internacionais, mesmo que limitada por sua posição inferior nas vantagens comparativas. Isso é evidenciado quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) desequilibra os preços relativos do mundo ao reajustar o preço do barril de petróleo<sup>9</sup>. Ajustes nos juros e salários foram sentidos nos países centrais, manifestando-se através de crise econômica na Europa e nos Estados Unidos.

Novos atores entram em ação com o processo de descolonização ocorrido na África e Ásia, possibilitado pelo enfraquecimento econômico dos países colonizadores em decorrência das constantes crises. Assim, a ONU passa a ter uma nova dinâmica, ao qual sua burocracia não fora preparada para: o embate Sul-Norte<sup>10</sup>. Com novas demandas, o Sul age em busca de um caráter de maior pluralidade da instituição. Da perspectiva de um mundo multirregional e com diversos graus de desenvolvimento, há a criação e proliferação de diversas agências da ONU por todo o globo, o Sistema ONU.

Acontece, neste momento, a primeira chance de reformulação do Sistema ONU. Diversos países começam o tensionamento por uma reformulação total de todo o Sistema ONU e estas propostas acabam focando na demanda por uma

---

<sup>7</sup> Da mesma forma agiu a URSS, só que sob o Tratado de Varsóvia. Este assinado em 1955 e que unificava os países comunistas sob um "bloco" de forma a cooperar militarmente em caso de ataque.

<sup>8</sup> Reino Unido, França, Rússia, Estados Unidos e China.

<sup>9</sup> Tal iniciativa teve como base aumentar os royalties provenientes da exploração das multinacionais "ocidentais" em seus territórios. Conhecidas por "7 irmãs", dominavam 85% da exploração mundial de petróleo, e eram a: *Shell*, *Standard Oil*, *Gulf Oil*, *British Petroleum*, *Standard Oil Company* (agora *ExxonMobil*), *Standard Oil* da Califórnia (atual *Chevron*) e *Texaco*.

<sup>10</sup> Os países do Norte são os países de PIB mais elevados e ditos desenvolvidos: oeste da Europa, incluindo a Rússia, América do Norte - excluído o México -, Austrália e Nova Zelândia. Os países que compõem o sul seriam todos os países em desenvolvimento e pobres, antes categorizados como terceiro mundo, bem como os países que se desmembraram da antiga União Soviética.

"nova ordem econômica internacional" (NIEO).<sup>11</sup> Esta reforma não se concretiza e mostra a desunião no Sul, mas estabelece um marco ao mostrar que, apesar de os países centrais terem uma agenda de não permitir espaço aos países do Sul. A abertura de espaço para esta nova força que surgiu dentro da ONU foi inevitável, mesmo que de forma limitada, como Falk (2002, p. 199) comenta:

*"The success of the South, at a normative level of discourse, was to establish the goal of development as a policy imperative that could not be trumped even by invoking market efficiency factors. This must be counted as a limited victory, as it was not possible to move from the right to development to specific reforms that might facilitate what the UNDP called "pro-growth development"."*

As diversas críticas feitas ao Sistema colocam em pauta a eficiência e a coesão da estrutura. É formado um grupo de trabalho para detectar problemas e apontar uma lista de soluções do que se poderia fazer para realizar um grande reforma. As propostas do grupo não foram postas em prática, ao demonstrar a grande complexidade de realizá-lo. Meltzer (1978) cita que os problemas de reestruturação foram agravados pela falta de um plano que ditasse os rumos desta, em especial, os concernentes aos de relação Sul-Norte.

Esta nova distensão acaba por criar um debate entre desenvolvidos e em desenvolvimento que ajudou a transformar a forma como a agenda era posta, ao centrar os esforços na possibilidade de ter uma humanização do crescimento econômico. O mero crescimento econômico ao final do ano fiscal, já não é mais factível como índice de bem-estar das populações. Inicia-se a distensão entre o que seria crescimento e desenvolvimento (deixando de serem sinônimos - muitas vezes sendo antônimos).<sup>12</sup>

Esta tendência culmina com a realização da conferência de Estocolmo, em 1972, onde, pela primeira vez, se dá voz para agentes observadores que não estados. A noção de que o crescimento econômico pode ser nocivo ao meio

---

<sup>11</sup> Falk (2002, p. 199) "So the NIEO seemed like empty confrontational rhetoric that was not related to any viable political project. When the oil weapon disappeared and OPEC disunity surfaced, the final nail hammered into the NIEO coffin. The NIEO experience does show how the UN General Assembly can be mobilized for sweeping reform, but also how such efforts can end in frustration if there is either a political backlash or an absence of follow-through."

<sup>12</sup> Dentro do PNUD, inicia-se a construção teórica do que culminaria, em 1990, sendo a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice é composto por três variáveis, qual sejam educação, saúde e renda.

ambiente torna-se foco quando a altera-se temática para "Meio ambiente e desenvolvimento".<sup>13</sup> Em decorrência do sucesso desta conferência, vinte anos depois acontece a Rio 92, que reuniu chefes de estado de todas as nações filiadas à ONU, assim como houve a participação em grande escala de organizações da sociedade civil correlatas às problemáticas do meio ambiente e que criticaram o modelo de crescimento dado pelos países centrais.

Evidencia-se um processo de democratização dos espaços do Sistema ONU e uma diminuição do estadismo nos espaços de discussão<sup>14</sup>. Concomitantemente há o incremento da cooperação entre ONGs e a sociedade civil nos projetos, bem como a cooperação com as empresas. Isto garante maior agilidade (ao não precisar de licitações e outros trâmites burocráticos estatais) e possibilidade de compromissos de longo prazo que a maioria das instituições governamentais não tem em função do calendário eleitoral.

O diálogo Sul-Norte acaba se tornando peça vital da composição da agenda do Sistema ONU na década de 1990, onde a temática supranacional toma conta da agenda de discussões ao ser tema de diversas conferências realizadas a exemplo da Rio 92. Esta agenda refletiu em outras instituições, com a Organização Mundial do Comércio (OMC) que iniciou a Rodada de Doha<sup>15</sup>.

Realizam-se diversas intervenções militares sob a justificativa de serem por motivos de crimes contra a humanidade e acabam por fracassar, a exemplo do que aconteceu no massacre de Ruanda ou os bombardeios à Bósnia. Isto leva a uma crise e questionamento do que o Sistema ONU deva fazer.<sup>16</sup>

Uma profusão de temáticas que vão além do crescimento econômico se torna parte da agenda como as noções de tecnologia social, poluição, mudanças climáticas, tráfico internacional de drogas e seres humanos e etc. As agências e

---

<sup>13</sup> A priori seria sobre meio ambiente, mas, por pressão dos países do Sul, a noção de desenvolvimento foi englobada.

<sup>14</sup> Há a inclusão de organizações observadoras na Assembléia Geral, como a Médicos Sem Fronteiras.

<sup>15</sup> A Rodada de Doha é considerada vital para o processo de intensificação do comércio entre nações que ganhou impulso na década de 1990, onde travou na parte das vantagens comparativas quando os países do Norte não quiseram ceder na parte do uso de propriedade intelectual e tecnológica, enquanto os do Sul não abrem mão da proteção de seu setor agrário.

<sup>16</sup> Toda discussão de reforma e reformulação sempre acaba se pautando de alguma forma em como deixá-la mais eficiente e menos custosa. Nicol adn Renninger (1982) *"Behind these words, there is a desire on the part of leading donors to make the system less expensive and to ensure that they retain positions of influence on the boards of various UN organizations."*

escritórios espalhados pelos países do mundo atuam de forma específica em cada lugar, conforme as demandas locais. Estas ações podem ser das mais diversas: de projetos para combater a desigualdade de gênero, a se garantir uma qualificação do suprimento diário de alimentação às populações. O que possibilita estas práticas e a existência de todo o Sistema ONU são a sua independência e capacidade de colocar na agenda assuntos de igualdade.

A partir da virada do milênio surge uma nova força de dentro do Sul e que dá um novo rumo à ONU: os países de renda média. Estes recriam a agenda, resgatando a intenção de combate à pobreza e fim das desigualdades em prol de um crescimento equânime. À agenda acrescentam-se as pautas para que haja maior integração entre as agências do Sistema para ser feita para uma troca contínua de experiências e profissionais e fortalecimento das relações Sul-Sul.

Assim se deu espaço para a criação de grupos distintos de atuação política dentre os países do Sul. O surgimento dos países de renda média como atores no cenário político aconteceu pelo crescente número de países que deixam de serem pobres.<sup>17</sup> Compostos por países de renda média, o grupo de maior impacto é o BRIC, conseguem ter a capacidade de congregar os mais diversos países não desenvolvidos para equacionar a relação de forças entre Sul-Norte. Deste tensionamento criaram-se diversos grupos que culminaram na criação do G20<sup>18</sup>.

Neste contexto, é feito no ano 2000 os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que correspondem aos oito principais fatores, numa visão universalista<sup>19</sup>, para o desenvolvimento no mundo. Com foco na saúde, políticas de longo prazo e de uma perspectiva de agregados multidimensionais, têm metas simples e que podem ser aplicadas em qualquer país do mundo conforme sua realidade local, como a diminuição da pobreza pela metade e educação primária universal.

---

<sup>17</sup> Entretanto, o número absoluto de pessoas pobres no mundo continua a crescer, atingindo 1 bilhão de pessoas, a partir da classificação do Banco Mundial de linha da pobreza extrema de 1 dólar paridade poder de compra ao dia.

<sup>18</sup> Criado para substituir o G 33, composto pelos países do G7 (atual G8), e as demais maiores economias do mundo. São: África do Sul, Argentina, Brasil, México, Canadá, Estados Unidos, República Popular da China, Japão, Coréia do Sul, Índia, Indonésia, Arábia Saudita, Turquia, União Européia e Austrália.

<sup>19</sup> Em contraposição, sob a visão particularista, políticas universais não tem sentido, pois não se respeitaria as características culturais locais. Para mais, veja O'Neill (1996).

Estes países de renda média têm projetos próprios de desenvolvimento com intuito de serem projetos nacionais para eliminar a pobreza e variáveis de perpetuação do ciclo da mesma. No Brasil ressaltam-se os programas federais Minha Casa, Minha Vida para acesso a crédito mobiliário a pessoas de baixa renda e o Bolsa Família de combate à fome e aumento da frequência escolar.

É mister questionar que sob esta nova ordem econômica do século XXI a ONU enfrenta mais um questionamento: como deverá operar em países de renda média? Deveria ela se restringir a realizar a troca de experiência, testando novos modelos e qualificando pessoas para agirem como líderes locais e facilitadores das ações da forma como acreditam ser melhores para suas vidas?

## 2.2 Sistema ONU: adição de valor?

Em relatório, uma agência do governo estadunidense relata que "*Although the UN has undergone various cycles of reform since its creation in 1945, UN member states continue to have concerns about inefficient UN management operations.*"<sup>20</sup> As críticas da ONU se valem de, muitas vezes, serem tomadas decisões de formas não transparentes, agir de forma burocratizada e sofrerem pressões por parte dos países financiadores. Apesar destas ressalvas, as virtudes intrínsecas de um órgão não estatal que a ONU representa ainda são superiores, assim sendo, dando respaldo à suas ações e existência. Dentre estas virtudes, há:

- Imparcialidade;
- Papel de mediador;
- Estrutura descentralizada;
- Análise multidisciplinar dos problemas;
- Experiência técnica e produção de conhecimento;
- Acesso a conhecimento técnico de qualquer lugar do globo;

---

<sup>20</sup> United States Government Accountability Office. "United Nations: *management reforms and operational issues.*" GAO: 2008.

- Neutralidade;
- Credibilidade;
- Cooperação com a sociedade civil;
- Mecanismos de accountability<sup>21</sup> de projetos e ações.

Por possuir uma série de características únicas, um grande conjunto de instituições foi criado sob a designação de ONU a fim de poder tratar e discutir<sup>22</sup> diversos aspectos da vida humana. Seu papel, ao não ser governo e nem empresa, é de grande valia, pois goza de uma estabilidade que nenhum destes dois detém. Destarte, consegue fazer projetos de longa duração e que são vitais para a obtenção de resultados consistentes e permanentes.

### 2.2.1 A independência

A independência se refere aos interesses que tem por trás de cada ação. Por ser uma instituição apátrida, se assume que tomará decisões que serão de grande relevância às prioridades do país, bem como intermediará as vontades do Estado com a possibilidade de execução rápida do terceiro setor em confluência com a adaptatividade dos órgãos da ONU às temáticas locais, a torna desejável a qualquer projeto que se tem execução.

A capacidade da ONU de se manter independente é fator chave para que qualquer projeto possa ter credibilidade, respeito e chance de cooperação com a sociedade civil. O controle que se deve ter sobre as agências para saber se estas estão atingidas as suas metas nas mais diferentes frentes de atuação são tão importantes como o é difícil de fazê-lo.

Com diversas agências trabalhando sem se comunicar uma com as outras, e muitas vezes competindo entre si para poder receber um financiamento estatal

---

<sup>21</sup> Sem tradução exata para o português, significa a responsabilidade de prestar conta, obrigação de ser transparente. Termo muito utilizado na situação de um órgão público estar submetido a *accountability* da sociedade civil. Também se fala em níveis de *accountability*, sendo o alto quando o órgão tomara as decisões de forma transparente e objetiva. World Bank (2004).

<sup>22</sup> A discussão deve ser feita de modo a mudar a opinião das pessoas para que ocorra, de fato, uma mudança na sociedade, como Sandel (2009) argumenta.

maior que a outra para sobreviver. Os meios para atingir as metas também são muito diferentes entre si, muitas usando valores qualitativos e outros quantitativos para fins muito variados. Faz-se importante que haja uma visão una do Sistema para saber sua efetividade através de planos estratégicos, ferramentas de diálogo e suporte às políticas públicas e prioridades do país.

Estes mecanismos são fundamentais para medir se os escritórios da ONU não estão trabalhando de forma a apenas dar credibilidade e respeito a um projeto existente, sem ter, de fato, contribuído em nada. Isto seria um problema muito grande, pois faria a ONU ter um caráter parcial em prol do certame político local, algo que se tenta combater.<sup>23</sup> Sistemas de avaliações também são importantes para que a eficiência das agências seja aprimorada.<sup>24</sup>

### 2.2.2 Eficiência e legitimação

A fim de se manter como uma instituição respeitada e agir de acordo com suas virtudes já supracitadas, algumas medidas a serem tomadas são elencadas por Falk (2002, p. 201) e que poderiam dar um novo rumo à ONU como um todo atendendo aos critérios pelos quais fora criada. Eis algumas delas: (i) maior democratização com fim de diminuir o caráter estadista da instituição; (ii) conseguir independência política em relação aos países com maior poder econômico; (iii) e conseguir melhores níveis de eficiência .

1) Falk (2002, p. 202) argumenta que é importante "*achieving representativeness in relation to the peoples of the world, particularly on the Security Council, and operating in a manner that embodies democratic practices of participation, transparency and accountability.*" Assim propõem que haja uma Assembléia Geral dos Povos, onde se tenha uma real pluralidade<sup>25</sup> com a possibilidade de se ter um espaço que consiga detectar as reais demandas dos

---

<sup>23</sup> O IDH é calculado baseado no ano anterior ao ano de divulgação do relatório para que não haja interferência nas discussões políticas locais, e conseqüentes represálias às agências e escritórios da ONU.

<sup>24</sup> No relatório feito pela *Independent Evaluation Group* (IEG) no Banco Mundial, de 2009, critica-se que 76% dos projetos na África como tendo falhado. A crítica tem forçado o banco a reformular sua política de investimentos seguros para se auto-sustentar.

<sup>25</sup> Crítica aos tratados da Paz de Westfália, onde se questiona a atuação de diversos atores supranacionais, como a União Européia e empresas multinacionais.

povos, além da possibilidade de ser um centro dinâmico de geração de idéias e soluções que se beneficiariam da existência de todo o conhecimento já existente e estrutura da ONU, mas que não seria engessado na burocracia.

Poderia ser baseado na estrutura que a União Européia<sup>26</sup> montou para si, um espaço segue muitos princípios equivalentes aos da ONU, como a não imposição de posições<sup>27</sup>, a realização de consensos para aprovar as matérias e a preservação de valores éticos universais<sup>28</sup>.

Este espaço para uma "democracia global" atrairia grande parte das organizações das sociedades civis, e estas (como ocorreu em Rio 92) desafiariam a forma como os Estados têm coordenado suas políticas internacionais, o que faz os governos temerem, mesmo que esta tenha sido eleito democraticamente. Pois, argumentam que "*[many times] effectiveness is achieved at the expense of legitimacy.*"<sup>29</sup> Também é relevante que os governos utilizam muito a mídia em seu favor para conseguir mudar a opinião do público para políticas externas em seu favor – *cnn factor*.<sup>30</sup>

2) A possibilidade de blindagem contra os jogos de poderes que os principais atores políticos realizam, seria um grande avanço ao Sistema ONU, dando-lhe um caráter de independência, de fato. Para tanto, é mister que o sistema de financiamento seja independente,<sup>31</sup> afim de realizar as políticas assim como foram idealizadas na carta de fundação da ONU em 1945. A possibilidade de fuga da ditadura do P-5 seria um grande avanço, dando um poder à ONU que poderia trabalhar diversas questões das quais é impossibilitada, vide o

---

<sup>26</sup> Seria bem diferente do que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial se tornaram: um é para reforçar a política externa dos Estados Unidos e a outra como forma de manutenção da relação de dependência dos países em pobres e em desenvolvimento com suas antigas colônias européias.

<sup>27</sup> Nem todos os países da União Européia fazem parte do sistema europeu único de moeda, Euro.

<sup>28</sup> Não há nenhuma ditadura dentre os países da União Européia, enquanto que a ONU tenta manter uma dignidade mínima dos seres humanos que ela representa, mesmo que em ditaduras, de forma a garantir a sobrevivência das populações ao mínimo.

<sup>29</sup> Falk, (2002). Página 202.

<sup>30</sup> A invasão do Afeganistão em 2001, e do Iraque no ano de 2003, feitas pelas forças armadas dos Estados Unidos, é um clássico exemplo disto no século XXI. No século XX, também nos Estados Unidos, há as invasões da Guatemala, Honduras e Nicarágua. Devido ao uso da propaganda e pelas relações pessoais que os diretores da Chiquita Banana tinham na década de 50, o cidadão estadunidense se convenceu que esta era uma manobra que deveria ser feita em prol de uma América livre dos comunistas. Tais relações citadas podem ser vistas nos documentos do arquivo secreto da CIA, abertos a partir de 2004.

<sup>31</sup> Com a entrada do território da Palestina na UNESCO, dando-lhe credibilidade e auto-afirmação como um país, foi seguida de uma suspensão de pagamentos de suas partes no orçamento da organização por parte de Israel e Estados Unidos.



travamento ou avanço do desarmamento nuclear ao bel prazer do partido do presidente que está no poder no momento das reuniões.

A questão do financiamento independente se faz menos por uma questão de dinheiro e mais por uma questão de controle político. E se daria na forma de diversos pequenos investimentos em diversas áreas que, somados, dariam uma percentual considerável para margem de autonomia dos governos.

3) A criação de um Conselho de Segurança Econômico possibilitaria a independência, respeitabilidade e credibilidade que a ONU goza de atuar regulamentando e atuando no setor financeiro. Assim, poderia haver uma implementação das políticas de universalização de direitos, como forma de concessão aos credores. Dar-se-ia nos moldes de como agem o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, só que às avessas. Ao invés de ser uma ferramenta de política externa de um país, que em prol da sanidade macroeconômica aplica diversas sanções que são contrárias à população (arrocho salarial, desemprego, privatização e outras do Consenso de Washington), viria de forma a criar instituições que fossem mais democráticas, trabalhar em prol de criação de legislações contra desigualdades (sexo, gênero, racial e renda), dentre outras possibilidades.

### 3 Países de Renda Média (PRM)

O conceito de desenvolvimento econômico tem mudado conforme o passar do tempo. Já tendo sido sinônimo de crescimento econômico, como caráter unidimensional, agora tenciona para um multidimensionalismo através da análise de uma série de fatores diferentes que compreenda os diversos aspectos do desenvolvimento humano possíveis de serem mensurados<sup>32</sup>. Dessa forma, apareceram diversas formas de classificação e ordenação dos países e entendimentos do que seriam países de renda média.

Parte do interesse nos países de renda média se deve ao fato de que são atores econômicos de peso, e estão fazendo a troca do financiamento público pelo privado. Isso acontece porque o financiamento público, apesar de ter um juro menor, vem com diversas demandas, ao qual o comprometimento a tais concessões são custosos. Assim, instituições como o Banco Mundial tem de se preocupar, pois o empréstimo a estas nações são parte do que eles consideram investimento seguro de forma a compensar os empréstimos dados à nações com sérias dificuldades de pagamento do todo ou até de parte. Como estratégia para contornar tal situação, o Banco Mundial tem investido no empréstimo às escalas menores de poder e a um abrandamento das exigências a serem feitas. No Brasil, há o caso do empréstimo de um bilhão de reais ao governo do estado do Rio Grande do Sul (estado este que é um dos mais endividados na república), em 2009, e que foi todo utilizado para cobrir o rombo da previdência estadual, apesar de inicialmente ter outro propósito.

Outro seguimento que vem sendo explorado pelas instituições financeiras públicas são os fundos para o meio ambiente e para a mudança climática. O empréstimo com fins de construção de pontes e estradas, ou para sanar dívidas das nações acontecerá com cada vez menos frequência, nos países de renda média. O número de empréstimos para os países de renda média caiu em 25%, na primeira década deste século, segundo Cabral et al (2007).

---

<sup>32</sup> Mais comumente se utiliza o índice de Gini, como forma de ver a desigualdade de renda; o IDH como forma de ver o comporta da saúde e da educação, ao ser desmembrado; PIB per capita; e emissões de gases equivalentes à CO<sub>2</sub> per capita.

Concomitantemente, existem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o qual fez com que as grandes agências de capacitação de doação de dinheiro para ajuda internacional conseguissem aumentar seus fundos destinados aos países pobres, fez com que se diminuísse em muito os níveis de reservas para empréstimo aos países de renda média. Isso é uma reversão do quadro da década de 1960, quando a assistência financeira aos países muito pobres era quase inexistente.

Assim, surge o questionamento em como uma instituição pública deve se portar diante dos países de renda média. A falta de uma agenda para estes ainda é a questão número um, pois cada instituição, agência e escritório acabam por agir de forma não coordenada e muitas acabam por perder dinheiro e foco no que são capazes de fazer ou não nestes lugares. Em Cervantes-Godoy et al (2008, p.2) discorre que a OCDE enfrentará um caminho tortuoso para entender a questão dos PRM, pois:

*"The challenges facing middle income countries, which are now going through a phase of adjustment that the majority of OECD countries have already experienced. The problems addressed are thus of a different nature to the broader questions of how to promote development in low-income countries, that are still heavily dependent on agriculture."*

A forma de lidar com estes países é algo a ser aprendido e tirado de um consenso, mas, primeiro, o debate a cerca do assunto deve ser feito. Pois, assim como não existe classe média numa sociedade, os países de renda média não têm nada em comum. Os principais, BRICS, se caracterizam por ter políticas macroeconômicas coerentes, grandes reservas cambiais, alguns tem prudência fiscal e algum grau de abertura para o capital internacional. A qualidade da educação e saúde pública são questionáveis, na grande parte das vezes, fazendo com que seus IDH sejam menores que, ou comparáveis a, países da África Subsaariana. O Brasil exemplifica muito bem isto ao ter um nível médio de anos cursados na escola de 7,2 anos, comparável ao de Zimbábue, no ano de 2010. Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2011, o IDH brasileiro se beneficia muito da renda, fazendo com que, quando ajustado, perde 27,7% do índice original, originado pela desigualdade de renda. Lemaesquier (2008), em discussão do papel do PNUD nos países de renda média destaca que *"the absence of an explicit policy and consensus about the role in Middle Income*

*Countries, has forced contributing to take a reactive posture and at times even a defensive one, dealing with cases individually.*"<sup>33</sup>

Países de renda média têm em comum terem atividades econômicas voltadas para o consumo externo (não necessariamente países centrais, como é do Brasil que tem como maior parceiro comercial a China), mas tem um mercado interno em expansão possibilitado por um crescimento das pessoas que detém uma faixa de renda mediana. Esta faixa de renda ter crescido é de suma importância para estes países, pois, em momentos como o vivido entre os anos de 2008 e 2011, aonde há crise nos países desenvolvidos, os mercados internos dos países de renda média tem ajudado a sustentar, em parte, o crescimento econômico.

O grande desafio é entender como será o papel do Sistema ONU em países ditos "países de renda média", onde a esfera de aferição usada para medir qualitativamente o multidimensionalismo do desenvolvimento humano é a monetária. É de suma importância desenvolver este questionamento para evitar cair em contradição ou dúvidas.

### **3.1 Desenvolvimento a partir da justiça social**

Até a década 1950, as teorias econômicas só consideravam a renda como instrumento de mensuração do bem-estar. Esse seria consequência do crescimento econômico, o que reduziria a pobreza. Dessa forma, não havia a questão da distribuição de renda. Crescimento significava desenvolvimento.

Entretanto, verificou-se que as condições sociais não acompanhavam o crescimento econômico e o estudo do desenvolvimento ganhou espaço. Questionou-se o poder de mensuração através de uma única variável, entendendo que o bem-estar é composto por múltiplos aspectos e que a variável renda sendo unidimensional não dá o suporte necessário para os *policymakers*. Sen (2000, p.89) elenca a diversidade humana como

---

<sup>33</sup> Exemplifica-se este com o fato de o ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva ter, em pleno tratamento para câncer em um hospital, criticado e desacreditado os PNUD com relação ao método que estaria usando para calcular o IDH de 2011. Continuou sua ardente crítica ao pedir que o IPEA o ajuda-se a mostrar um suposto erro metodológico na aferição do índice por parte da agência da ONU no Brasil.

A maior dificuldade na abordagem do bem-estar medido pela renda real reside na diversidade dos seres humanos. Diferenças de idade, sexo, talentos especiais, incapacidade, propensão a doenças etc. podem fazer com que duas pessoas tenham oportunidades de qualidade de vida muito *divergentes mesmo quando* ambas compartilham exatamente o mesmo pacote de mercadorias.

A grandeza de mensuração renda permite inferir que a análise reflete uma importância aos mercados e mercadorias, deixando os aspectos humanos de lado, embora Sen (2000, p.22) diga que seja "difícil pensar que qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social". Assim, far-se-ia mister a ponderação do espaço de análise, como coloca Sen que o espaço deixado de fora é tão importante quanto o analisado. Conclui-se que "um espaço informacional limitado leva à geração de medidas igualmente limitadas, restringindo, dessa maneira, as análises sobre bem-estar e conseqüentemente o seu uso nas políticas públicas." Barden (2009, p. 22)

O entendimento de desenvolvimento é permeado pelo conceito de justiça social que propõem novos valores ao debate, consolidando-os quando da implementação das ODMs em 2000,

Levam em consideração o conceito de desenvolvimento humano da abordagem das capacitações e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Logo, para que haja desenvolvimento, deve haver expansão das oportunidades para que as pessoas possam viver com liberdade e dignidade, a fim de promover a expansão das capacitações fundamentais. Barden (2009, p. 14)

Rawls (1998) usa uma abordagem das liberdades formais onde a renda não seria parte do contrato, pois se utiliza do exercício teórico do "véu da ignorância". Nesta formulação, os indivíduos da sociedade desconheciam sua posição original na sociedade e tomariam as decisões de forma conservadora, garantido um máximo do mínimo a ser entregue a todos. O bem-estar seria o resultado de um conjunto de bens primários garantidos nesta primeira etapa. Sua análise limita-se ao ponto de garantir uma igualdade a todos, sem fazer julgamentos do que os indivíduos farão com suas oportunidades e garantias.

Sen (2000, p.17) utiliza a liberdade como fator necessário para o desenvolvimento, em contraposição à Rawls, foca-se na liberdade dos indivíduos de serem e fazerem, onde "[...]a liberdade é o que o desenvolvimento promove,

então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente[...]. Sen continua que esta ótica nos fins evita o debate a respeito dos meios, sem no entanto abandoná-la por completo:

"Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, inter alia, desempenham um papel relevante no processo."

As liberdades gerariam desenvolvimento, bem como desenvolvimento aprimoraria as liberdades. Para iniciar este ciclo, seria mister a remoção

"[d]as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos." Sen (2000, p.18)

Dentre as liberdades possíveis algumas influenciam mais do que outras, incluindo a relação entre elas influenciando de forma direta ou indireta. Podendo-se elencar as "liberdades instrumentais cruciais, incluindo *oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora*." Sen (2000, p.11)

Ainda na abordagem das capacitações, Martha Nussbaum foca em capacidades centrais. Estas, quando privadas de um indivíduo, impede-o de ser um ser humano. A privação de suas capacidades centrais seria condição suficiente para ser considerada uma situação injusta. Esta objetividade e praticidade facilita aos policymakers elaborar políticas públicas. Como exemplo em Nussbaum (2010) onde elenca a problematização da educação como mercadoria e suas conseqüências futuras para a sociedade.

Operacionalizar a abordagem das capacitações se torna extremamente difícil, para criar índices e classificações, pelas inúmeras possibilidades de variáveis a se utilizar conforme o espaço que se queira focar. A fundamentação das escolhas de ponderação devem ser mais consistentes e criteriosas do que em outras abordagens (como a neoclássica) para manter um foco multidisciplinar e que se consiga ter funcionalidade (MARTINETTI, 2001).

### **3.2 Classificando países de renda média**

A este grupo de países de heterogenia tão vasta nos mais diversos aspectos a serem analisados necessita-se delimitar, entre tantos métodos,

aqueles que mais têm sido usados. A começar com um sistema mais teórico e complexo, com algum grau de multidimensionalidade, passando, logo mais, para os sistemas mais simples e com abordagens unidimensionais.

Surgiu a classificação conforme o grau de desenvolvimento humano somado ao grau de poder econômico que ele detém. Kotschnig (1968) atribui a isso que são países que se utilizam amplamente dos meandros da burocracia do Sistema ONU<sup>34</sup>, com capacidade organizacional para aglutinar semelhantes para rivalizar os países desenvolvidos, experiência de mudança no perfil educacional e na qualidade da saúde de sua população (mesmo que não a níveis do topo do IDH, como Noruega ou Austrália). A estas idéias, conclui que o desenvolvimento não vem de decretos, mas sim dos esforços de cooperação e responsabilidade.

Apesar dessa forma complexa de concepção teórica para mensuração do que seria um nível intermediário de desenvolvimento, o pragmatismo econômico permanece e outros métodos não sofisticados e que não abordam tantos aspectos do desenvolvimento humano são utilizados.

Os dois modos de categorização mais usados são o do Banco Mundial e Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A classificação usada pelo Banco Mundial define que os países de renda média são aqueles que são elegíveis para pegar empréstimos no Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento. No entanto, países que tenham acesso a crédito com o setor privado, são excluídos da lista de países que possam pegar empréstimo com o banco. A classificação monetária é a seguinte: baixo PRM, com renda per capita entre U\$746,00 e U\$2.975,00; alto PRM, renda per capita entre U\$2.976,00 e U\$9.205,00.<sup>35</sup>

De forma alternativa, há a classificação realizada pela OCDE que classifica os países nos mesmos dois grupos de PRM, baixo e alto. Entretanto, há algumas características próprias: não deflacionamento do PIB per capita; há países que podem ser categorizados nas duas classificações, pois, pode ter algum índice não

---

<sup>34</sup> Brasil bancou a entrada da Palestina na UNESCO, a despeito da pressão contrária dos Estados Unidos e Israel.

<sup>35</sup> Os PIB per capita sofrem um processo de conversão chamado fator Atlas. Ver anexo 2.

monetário muito baixo e uma renda muito alta; tem enfrenta dificuldades em classificar países do antigo bloco soviético.

Enquanto isso, um departamento do governo britânico, o Departamento de Desenvolvimento Internacional (DIFD), categoriza os PRM através de uma mistura do limite inferior usado pela OCDE e o limite superior usado pelo Banco Mundial. Nisto, incluem-se todos os países do bloco soviético, bem como Israel, Vietnã, Singapura e Sri Lanka – DIFD (2008). Os critérios utilizados pelo DFID geram quatro classificações distintas:

- a) PRM grandes com crescente influência global;
- b) PRM fragilizados por conflitos findados;
- c) PRM com grande potencial de crescimento, mas baixo acesso à crédito;
- d) PRM que são histórica e politicamente importantes para os doadores.

O Brasil se constitui num exemplo de economia grande com influência global. Nesta faixa de países está acabando, ou acabou, um padrão histórico de ser credor de bancos públicos para se transformar em fornecedores de capital para os fundos que compõem estes bancos. Estes países têm efeitos spill-overs positivos aos seus vizinhos, quando desfrutam de crescimento econômico. Em DFID (2008) salienta que a grande parte da população pobre ou muito pobre do planeta concentra-se nestes países (Brasil, Índia e China). Por isto eles são fundamentais para que as Metas de Desenvolvimento do Milênio possam ser alcançadas.

Estas diferenças de definições entre as distintas instituições podem ter conseqüências grandes aos países a serem classificados, pois podem tirar ou colocar como PRM. Independente da metodologia, a categorização em PRM, ou não, tem um fator de elegibilidade para tomar empréstimo muito forte. Portanto, critérios como a situação do mercado de capitais, política macroeconômica e recebimento de ajuda internacional são importantes, mas negligenciam todos os aspectos não relacionados diretamente à renda. Apesar de classificar monetariamente ser mais fácil, não conseguem captar um real nível de



desenvolvimento do país das diversas variáveis não monetárias possíveis. Isso fica patente na análise da região com a maior quantidade de PRM, que é a América do Sul, Central e o Caribe. Exemplos de países com grande desigualdade de rendas e onde as pessoas têm suas liberdades privadas por fatores que podem vir do Estado ou falta de acesso aos mercados.

A questão envolvendo a correlação monetária e não monetária depende muito do caso de cada país e suas instituições. Assim, não há uma correlação perfeita que possa dar uma classificação perfeita. Dessa forma, há espaço para explorar as diversas possibilidades de interação entre as duas variáveis a partir de critérios diferentes a fim de se produzir novas análises, mas sem esquecer que a classificação de PRM não consegue produzir grupos de países minimamente homogêneos. Desta forma, é importante ressaltar que, utilizar qualquer classificação poderia trazer resultados extremamente ruins. Assim, é importante pensar nas estratégias e necessidades específicas que o Sistema ONU possa oferecer ao Brasil, sem ignorar a agenda de outras organizações, mas deixando de lado uma classificação que pode penalizar políticas a serem adotadas por causa de uma classificação meramente bancária<sup>36</sup>. Classificá-los, pode não ser a melhor solução, como aponta Stiglitz (2009):

*"Striving to revive the world economy while simultaneously responding to the global climate crisis has raised a knotty question: are statistics giving us the right "signals"? In our performance-oriented world, measurement issues have taken on increased importance: what we measure affects what we do. If we have poor measures, what we strive to do (say, increase GDP) may actually contribute to a worsening of living standards."*

Como não se podem negar os efeitos que os fatores não monetários podem ter sobre um país como maturidade do regime democrático, desigualdade social, cumprimento das normas ambientais, e etc. Doravante, para entender como o Sistema ONU poderá ser útil a um país como o Brasil, deverá se aprofundar nos dados e utilizando o quadro geral desenhado pela classificação dos PRM, a fim de montar um cenário realista.

---

<sup>36</sup> "The financing gap approach had a curious fate after its heyday in the 1960s e 1970s. It died out of the academic literature altogether, yet the ghost of it lives on. We economists in the international financial institutions (IFIs) today still use it to make aid, investment, and growth projections." Easterly (2002, p.35).

### 3.3 Desenvolvimento além da dualidade e classificação

Parte da dificuldade em lidar com o conceito de países de renda média deve-se ao fato da diferença de dimensões a serem mensuradas aonde uma abordagem tenta medir de forma unidimensional atributos multidimensionais. Esta dificuldade é relacionada com uma visão dualista de classificar países em desenvolvidos ou em desenvolvimento, como se não houvesse categorias intermediárias ou que as duas categorias, em si, fossem compostas por grupos homogêneos. E países são vistos como doadores ou recebedores de doações.

Esta visão de desenvolvimento reconhece que pode haver mais grupos de países, com diversas características de internas próprias de estágios diferentes, pressupõe que os países têm um caminho a trilhar rumo ao desenvolvimento linear, aonde há diversas classes de desenvolvimento. O entendimento de se necessitar que os países sejam classificados pertence a essa visão clássica.

A crítica ao conceito de PRM pode ser entendida como uma reação contra o uso da renda como o fator dominante para a classificação dos países, como Sen aponta em Desenvolvimento como Liberdade, e também há estes indícios nos diversos Relatórios de Desenvolvimento Humano. O desenvolvimento é incompleto sem progresso social e das variáveis não monetárias. Stiglitz (2009) ilustra esta questão dizendo que:

*"the big question concerns whether the GDP provides a good measure of living standards. In many cases, GDP statistics seem to suggest that the economy is doing far better than most citizens' own perceptions. Moreover, The focus on GDP creates conflicts: political leaders are told to maximize it, but citizens also demand that attention be paid to enhancing security, reducing air, water, and noise pollution, so forth – all of which might lower GDP growth."*

Variáveis intangíveis são deixadas de lado, como se não tivessem impacto no dia-a-dia das sociedades. Como exemplo patente disto, há o fracasso da prorrogação do protocolo de Kyoto em Copenhague, 2011, que mostrou que a falta de um debate público e aberto, com o envolvimento da população é de suma importância para se criar um projeto robusto e completo, com criatividade. O modelo imposto de mensuramento de qualquer atividade através da emissão de gases equivalentes de gás carbônico. O conhecimento secular e ancestral de

comunidades pode ser destruído se a empresa que o realizar comprar títulos de carbono para compensar as árvores derrubadas.

Em aprofundamento da crítica a esta visão clássica, podemos chegar ao fato de vê-la permeada por noções rostowianas, aonde o mundo tem alguns estágios primários e intermediários até o país ascender e tornar-se um país central com consumo em massa. Dessa forma, a classificação de "países de renda média" em si pressupõe que se está em nível inferior em rumo de a um nível superior. Pode-se concluir que, não importa os elementos histórico, cultural e institucional que são específicos a cada sociedade, pois, o final é igual a todos. Portanto, desenvolvimento seria uma mudança de instituições e crescimento econômico de forma a "copiar" um modelo utópico, porém, tangível.

Esta visão de que os países estão em movimento para chegar a um nível de maturidade não é, de forma alguma, baseado em nenhuma teoria do desenvolvimento contemporâneo. A classificação dos países pode aparentar ser um problema a ser solucionada através de melhoramentos estatísticos para atingir um grau de qualidade maior, no entanto, o exercício de classificar, em si, é inadequado. Nesta perspectiva, diferenças não podem coexistir em um espaço que é determinado pelas relações de poder, desigualdades e diferenças. Desenvolvimento não pode ser mensurado por variáveis e objetivos estáticos, mas pelo contrário, é um processo contínuo e em movimento atrás de metas e objetivos dinâmicos.

Por estas razões, é mais apropriado analisar os países através da ótica das relações com os outros, justificando suas diferenças nas esferas econômica, social e humana. Nesse sentido, um país dito de renda média deve ser visto não deve ser considerado um "adolescente com problemas", como Eyben et al (2004) sugere, mas como países que tem seus desenvolvimento caracterizados por PIB per capita relativamente altos coexistindo com outras características que não condizem com altos crescimentos econômicos.

O conceito de PRM, acoplado à idéia de dualismo e classificação, podem omitir os problemas relacionados com justiça que mostram uma faceta muito mais

real da situação das sociedades tanto desenvolvimento como em desenvolvidos<sup>37</sup>. Na busca de uma definição do que é PRM, muita atenção é dada às instituições financeiras e monetárias, enquanto que uma visão dos problemas sob uma ótica mais humana de desenvolvimento, como Nussbaum (2006) coloca a justiça, haverá mais espaço para entender a busca que os países periféricos fazem em prol de mais autonomia e como eles podem se transformar a si mesmos com alguma cooperação internacional. Assim, desenvolvimento é mais do que a soma de resultados econômicos, mas um processo que depende em como os indivíduos podem respeitar os direitos humanos e como os países podem construir instituições internacionais econômicas e sociais que possibilitem as nações a prosperarem e serem autônomas.

Uma teoria do desenvolvimento que veja os países como agentes ativos ou passivos nas relações de crédito perderá o mais importante aspecto do desenvolvimento que é o processo de transformação. Em contraposição, uma teoria que entenda desenvolvimento como um processo a partir de uma construção social de justiça poderia trazer à discussão elementos como reciprocidade, responsabilidade e dignidade<sup>38</sup>. Esses fatores têm mais chances de terem impacto no entendimento do papel do Sistema ONU em um país como o Brasil que passou por várias transformações econômicas, sociais, institucionais e políticas.

---

<sup>37</sup> Sen (1999) analisa de forma exemplar como o IDH das populações negras dos Estados Unidos é baixo, a despeito de terem uma renda alta.

<sup>38</sup> Como temáticas abordadas por Amartya Sen, Martha Nussbaum e John Rawls.

## 4 O exemplo do Brasil, experiências e desafios

### 4.1 Políticas para países de renda média e políticas de desenvolvimento humano

A difícil definição do que seria um país de renda média e a existência de múltiplos critérios usados por organizações internacionais significa que, apesar do uso generalizado da renda para classificar, estas instituições reconhecem que o desenvolvimento destes países é feito por uma gama de fatores muito maior. Isso pode ser constatado pelos principais argumentos usados para que se tenha a presença de instituições internacionais nos PRM, como:

- Ajuda internacional para os pobres que residem nestes países<sup>39</sup>;
- Garantia do cumprimento dos direitos humanos;
- Assistência para os PRM que são fundamentais para o provimento de bens públicos internacionais como prevenção de epidemias, estabilidade financeira, sustentabilidade do meio ambiente, paz e etc;<sup>40</sup>
- Reforço de uma cooperação global para o desenvolvimento, a fim de tornar os PRM em possíveis líderes regionais;
- Desenvolver ferramentas que criem incentivos ao desenvolvimento<sup>41</sup>;
- Construção de laços entre países que podem ser parceiros comerciais estratégicos;
- Fortalecimento de parceiros regionais<sup>42</sup>.

Interessante notar que destas justificativas apenas algumas delas tem uma visão baseada na renda como um fator de classificação entre os países. Pelo

---

<sup>39</sup> Linn, 2001. Página 3. Argumenta que políticas de ajuda a países pobres não necessariamente ajudarão os pobres destes países.

<sup>40</sup> Lemaesquier, 2008. Página 13.

<sup>41</sup> Alonso et al, 2006. Página 16.

<sup>42</sup> Eyben et al, 2004. Página 23.

contrário, o que se constata é que há um processo complexo para estabelecimento de redes de poder que possibilitem os países de aumentarem sua influência internacional. Sob a ótica de que os países são interativos, consegue-se um entendimento muito mais significativo a respeito das questões de justiça. Desenvolvimento não é a ilusão que tanto se busca de pertencer a um mundo maior, mas de criar e compartilhar um senso de responsabilidade do todo.

Focar nas complexas interações entre os países poderia enriquecer os conceitos e as ações em prol do desenvolvimento, aonde as instituições internacionais podem ajudar oferecendo seu conhecimento para mediar problemas globais de forma a trazer uma perspectiva mais ampla de atuação aos PRM. Isto é essencial para que possa haver uma cooperação entre estes países, chamada de sul-sul. A promoção deste tipo de cooperação depende na construção de um entendimento comum sobre o futuro da humanidade.

Por ter muitos problemas semelhantes, a cooperação Sul-Sul se mostra positiva e benéfica as nações envolvidas, por trazer novas perspectivas de relações comerciais, saindo do julgo das nações centrais. Dá-se, assim, espaço de autonomia e chance para que novas instituições possam surgir. Dessa maneira, o Brasil e a China têm sido exemplares a traçarem políticas externas de apoio e cooperação Sul-Sul.<sup>43</sup>

## **4.2 A experiência brasileira: tendências gerais**

A peculiar mudança que o Banco Mundial realizou em sua estratégia para com os PRM, focando nas peculiaridades de cada país, estabelece um novo modelo de negócio para serviços financeiros. Esta estratégia foca-se no uso de SWAps<sup>44</sup>, que possibilitou, entre outros, o empréstimo de U\$1 bilhão ao programa brasileiro de combate à pobreza, Bolsa Família. De acordo com Cabral et al (2007), o uso de SWAps no Brasil tem diversas vantagens, como:

---

<sup>43</sup> Apesar de que parte dessa cooperação possa ser classificada de subimperialismo, como em Bueno et al 2009.

<sup>44</sup> Sector Wide Approache, SWAp. Onde o banco reúne os mais diversos atores para dialogar a respeito da questão para formar uma única política que tenha mais impacto ao demandante do empréstimo.

- Fácil manuseio para questões fiscais;
- Simples administrativos e burocráticos mais simples;
- Suporte técnico para atingir metas de longo prazo;
- Legitimidade ao projeto pela associação ao Banco;
- Acesso a ferramentas e conhecimento para lidar com os resultados.

Para um PRM como o Brasil, o foco do Banco Mundial não é o desenvolvimento de laços de cooperação e comércio internacional (forma de atuação típica do SWAp para países menos desenvolvidos), mas torna-se dar ajuda e suporte à ações já em andamento. A partir da perspectiva da ONU, como descrita em UNДАР (2005), é evidente que a desigualdade de renda seja um dos maiores problemas a ser trabalhado, em um país como o Brasil. Mais especificamente, há cinco prioridades centrais:

- 1) Promoção de maior igualdade ao acesso dos serviços públicos.
- 2) Políticas para diminuição da desigualdade racial e de gênero.
- 3) Redução da vulnerabilidade provocada pela violência.
- 4) Promoção da transparência na política e garantia dos direitos humanos.
- 5) Suporte ao desenvolvimento econômico sustentável.

Neste contexto, é difícil ver como uma classificação dos países a partir da grandeza renda seria de alguma ajuda para informar e guiar as ações estratégicas para a realização dos objetivos supracitados em lista e outros possíveis. E mais do que isso, o mérito da renda pode criar tensões com o cumprimento dos direitos humanos que inspira e guia a maior parte dos projetos da ONU.

Classificar os países só poderia ter um bom uso caso de considerar o desenvolvimento como algo mais amplo. Se o objetivo é apenas promover o crescimento econômico de forma mais rápida, deverá se negligenciar uma grande quantidade de problemas ao desenvolvimento que o Brasil enfrenta. Ilustra-se

com o crescimento econômico atingido na primeira década do século XXI e que não teve contrapartida no nível educação (uma variável mais lenta para mudar), assim, a falta de profissionais poderá fazer o Brasil não conseguir crescer para um longo prazo de uma duas décadas.

Em termos gerais, pode-se elencar os problemas dos PRM em 4 pontos principais:

- 1) O debate sobre PRM tornou-se o foco de atenção dos grandes doadores e agências de financiamento internacional em vez de serem os países que receberão o dinheiro.
- 2) A visão dualista em classificar países em desenvolvidos e em desenvolvimento não contribui para a análise que a ONU faz sobre como estão sendo feitas as políticas no contexto interno e externo.
- 3) De uma perspectiva histórica, sabe-se que o Sistema ONU continuará operando dentro de sua lógica institucional com suas vantagens e desvantagens, e que uma reforma, mesmo que necessária, só ocorrerá num longo prazo.
- 4) Para poder se identificar o valor adicionado pelo Sistema ONU, é importante levar em consideração o grande espectro de critérios que ditam as ações e os contextos locais aos quais as agências e escritórios atuam.

Destas problemáticas, nem todas cabem ao Brasil. O mais importante é aprender a reconhecer que o Sistema ONU pode ser de grande valia, ao dar credibilidade ao que é feito<sup>45</sup>. Isso seria de imenso valor, ao dar a chance de se ter pluralidade no debate. A cooperação internacional está passando por um momento de transição, não só com respeito ao Sistema ONU, mas em outras instituições e organismos.

A diminuição do uso de organismos internacionais no Brasil pode ser evidenciada pelo fortalecimento que as instituições internas passam: econômica,

---

<sup>45</sup> Apesar disso, grandes disputas têm ocorrido onde o executivo do Brasil utiliza-se do IPEA e IBGE para atacar escritórios locais da ONU. O episódio de 2011, a respeito do IDH, caracteriza o desprezo cada vez maior do governo federal para com o Sistema ONU.



administrativa, política e institucionalmente. Não apenas por ser um país de renda média e uma potência regional, mas o amadurecimento da democracia<sup>46</sup> e a reestruturação e profissionalização dos servidores federais<sup>47</sup> são fatores decisivos. Além disso, com o início da democracia na década de 80, inicia-se um lento e gradual processo de garantia dos direitos humanos que possibilita se ter, após três décadas, uma liberdade de expressão, direitos básicos e mobilidade<sup>48</sup>, o que permitiu o empoderamento da sociedade civil.

Os escritórios e agências locais da ONU sofreram um revés (ao qual ajudaram a fazer) onde as formas de ajuda e suporte tradicionais são cada vez menos requeridas. Concomitantemente, está o aumento da burocracia do Sistema que cada vez menos o deixa atrativo às esferas públicas ao perder um de seus maiores trunfos: agilidade.

A contribuição da ONU para o fortalecimento institucional brasileiro mostra o sucesso do conjunto de ações que realiza no país de forma direta ou indireta, entretanto, depara-se com uma situação que não fora planejada: com a completude dos objetivos prioritários, qual seria o objetivo do próximo passo. É nesta problemática que o Sistema deve se focar, e para atingir tal objetivo, diversos problemas transparecem.

Apesar de parte de essa ingerência ser provocada por motivos políticos da esfera pública local como a não compreensão do Sistema ou a falta de comprometimento por motivos de calendário eleitoral. Problemas internos ficam evidentes e não mais podem ser prorrogados. A falta de comunicação entre as agências e escritórios, além da competição por fundos<sup>49</sup>. A questão da competição dos escritórios e agências por fundos acaba por tirar a autonomia dos mesmos para se tornarem meros prestadores de serviço das esferas públicas, a fim de garantir a entrada do dinheiro.

---

<sup>46</sup> O Brasil nunca passara por tamanha estabilidade democrática em sua existência.

<sup>47</sup> Processo este iniciado com o governo Fernando Henrique Cardoso, em busca de uma burocracia mais eficiente.

<sup>48</sup> A existência, mesmo que contestada, de ministérios que buscam combater homofobia e desigualdade de gênero são exemplos, assim como o aumento do número de parlamentares mulheres atingindo 9%. Mesmo assim, Brasil tem a pior representatividade feminina do mundo no parlamento.

<sup>49</sup> O programa "Criança Esperança", transmitido na televisão evidencia isso quando inicialmente era uma iniciativa da UNICEF e após passou a ser da UNESCO. Nesta transição por motivos outros, houve a quase falência da UNICEF no Brasil.

A ONU é uma organização complexa que pode ser comparada com o governo federal brasileiro. Suas agências abrangem tantas áreas, com certa autonomia, baseado em modelos próprios de projeto e linhas de trabalhos e metas únicas. Apesar de tudo isso, a grande virtude e bem que o Sistema ONU detém são seus valores: comprometimento aos direitos e desenvolvimento humano. Sua credibilidade dá poder e imparcialidade aos projetos.

### **4.3 Desafios teóricos e práticos para um novo Sistema ONU no Brasil**

Dentro da visão tradicional de modelos de desenvolvimento, no qual o Sistema ONU é visto como uma extensão dos governos, nada resta a ser feito quando um país se torna PRM. Se estes países não necessitam de mais empréstimos e tem à disposição todos os elementos necessários para um crescimento econômico sustentável, não há espaço para as agências internacionais atuarem. Entretanto, levando em conta justiça social e uma visão multidimensional do desenvolvimento, há um amplo espaço para estas agências atuarem a favor de um fortalecimento das instituições locais para garantir que se tenha um progresso em termos de justiça social.

Um foco nesta temática, baseado nos princípios dos direitos e desenvolvimento humano, ao invés do crescimento econômico como grandeza de classificação, será instrumento de grande valia para o Sistema ONU para identificar, monitorar e fazer novos programas de modo a atingir a quem realmente precisa. Uma nova série de prioridades deve ser definida, de modo a atuar conforme as demandas das esferas estaduais e municipais. Concentrar os esforços em torno da justiça social como forma de classificar os países em níveis intermediários de desenvolvimento fará com que o Sistema ONU ainda tenha serventia a este grupo. Doravante, a noção de níveis intermediários de desenvolvimento pode ser caracterizada pelas contradições que existem na incidência de pobreza e fortalecimento da liderança global.

A importância do reconhecimento da contradição como característica dos PRM, possibilita que as agências da ONU ainda tenham trabalho em diminuir as disparidades locais que possam existir, fortalecendo ou criando laços entre estados e municípios, ajudando-os atingir metas trazendo soluções e práticas. A

ajuda do Sistema ONU para que a cooperação sul-sul seja forte é impreterível, pois nota-se que o Brasil, por exemplo, tem muitas dificuldades no diálogo com os países vizinhos, mesmo dentro da esfera do Mercosul. A capacidade de intermediação que a ONU seria de grande valia, somado aos valores de responsabilidade e fraternidade que traria à agenda de discussões.

A busca por justiça social se focaria nas diversidades e desigualdades. A descentralização dos projetos é vital, no entanto, esta decisão é de caráter político, assim o diálogo entre o governo federal e a ONU deveria ter uma agenda própria.

Do ponto de vista técnico, uma grande questão se põe é o como administrar e financiar um número maior de projetos de tamanhos reduzidos nas regiões norte e nordeste do Brasil sem que ocorra um comprometimento com os métodos. É nestas regiões que se concentram a maior parte da pobreza, analfabetismo e problemas simples de saúde. Uma prática a ser adotada é aproveitar o fortalecimento da sociedade civil e responsabilidade social nas empresas e utilizá-los com um propósito maior. Também seria interessante a busca por projetos de maior rendimento e visibilidade para que subsidiem outros projetos em regiões mais pobres

Outro ponto importante é a mudança de algumas agências do Sistema de modo a permitir que ganhem agilidade e acesso a mais locais, sem nunca perder os paradigmas iniciais de direitos humanos. Com esse novo dinamismo, novas possibilidades são abertas assim como a criação de idéias inovadoras combinado com o uso de novas tecnologias sociais para selecionar, implementar e assessorar projetos. A busca por esse modelo deve ser um compromisso de longo prazo e deve ser muito bem pensado e debatido.

## 5 Conclusões

O uso dado pelas instituições internacionais de crédito ao classificar as nações apenas pela grandeza monetária se mostra errôneo e distante da realidade da discussão a respeito de desenvolvimento. O caráter unidimensional da renda não consegue expressar as diversas variáveis não monetárias. Para uma análise mais completa do país, deve-se focar nas características locais sociais, econômicas e instituições, abandonando uma tentativa de agrupamento destes.

A ONU e seu vasto conjunto de agências e escritórios é um dos grandes criadores de conhecimento técnico para realizar, assessorar e monitorar projetos nos países com privação de capacidades. A instituição é a única capaz de dar um enfoque mais realista das instituições internacionais, pois considera os direitos humanos e o desenvolvimento humano. A realização das ODMs ilustra isto ao considerar as características locais de privações em cada país. Apenas o conjunto de todos os países pode dar uma noção de realização das metas gerais.

Assim, o Brasil passa por um conjunto único de fatores que o deixa em uma posição privilegiada, tornando-o uma potência econômica e ator na política internacional. No entanto, ainda persistem mazelas como a pobreza e desigualdades. Uma análise que se baseie na ótica do desenvolvimento a partir da justiça social pode ser a forma que o Sistema ONU pode achar de atuar nos países ditos de renda média. Focar nas privações de capacidades se torna a opção mais viável, dando um retrato mais fiel da situação de desigualdade de renda e social. Com um amadurecimento das instituições locais e garantia dos direitos civis, seria possível transformar o crescimento econômico em um instrumento de combate à pobreza, a partir de uma distribuição mais igualitária.

A análise da experiência brasileira e de suas demandas futuras mostra-se como um caminho para iniciar o debate da nova agenda da ONU para o século. Essa agenda deverá se pautar na reformulação de políticas para combater as privações e a estrutura interna das agências e escritórios. A criatividade e troca idéias ditarão esta agenda, com a tendência de melhoramento do nível de igualdade e justiça em todos os países com pobreza no mundo.

## 6 Bibliografia

- ALBRIGHT, Madeleine. *United Nations: Foreign Policy*. New York: United Nations, nº 138. 2003.
- ALGER, Chadwick. *The United States in the United Nations*. New York. International Organization. vol 27, nº1. 1973.
- BARDEN, J. E. *Indicador social para o Rio Grande do Sul: uma análise a partir da abrodagem das capacitações*. 2009, 212p. Tese (Doutorado em economia). Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre.
- DFID. *Middle Income Countries*. London; DFID. 2004.
- DFID. *Achieving the millennium development goals: the middle-income countries – a strategy for DFID*. London: DFID. 2004.
- EYBEN, R. et al. *Why and how to aid middle income countries*. Brighton: IDS Working Paper. 2004.
- EASTERLY, William. *The elusive quest for growth: economists' adventures and misadventures in the tropics*. Cambridge: MIT Press. 2002.
- FALK, Richard. *The united nations system: prospects for renewal*. In: NAYYAR, Deepak. *Governing Globalization: issues and institutions*. Oxford: Oxford University press, 2002. p. 177-208.
- HOBBSAWN, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. 2008.
- KOTSCHNIG, W. *The United Nations as an instrument of economic and social development*. Cambridge: Cambridge University Press. 1968.
- LEMARESQUIER, T. *Context and options: contribution to a strategic policy approach*.
- MARTINETTI, E. C. *A multidimensional assessment of well-being based on Sen's functioning approach*. The 1st Conference on the capability approach, justice and poverty: Examining Sen's Capability Approach, University of Cambridge. 2001. Disponível em

<[http://www-3.unipv.it/iuss/cds/userfiles/file/Papers/paper\\_chiappero\\_1.pdf](http://www-3.unipv.it/iuss/cds/userfiles/file/Papers/paper_chiappero_1.pdf)>.

Acesso em 18 nov. 2011.

MELTZER, R. Restructuring the United Nations System: institutional reform efforts in the context of north-south relations. Cambridge: International Organization, 1978. Disponível em

<<http://journals.cambridge.org/action/displayFulltext?type=1&fid=4305652&jid=INO&volumeld=32&issuelid=04&aid=4305644&bodyId=&membershipNumber=&societyETOCSession=>>>. Acesso em 18 nov. 2011.

NUSSBAUM, M. *Frontiers of Justice: disability, nationality, species membership*. Cambridge: Harvard University Press. 2006.

NUSSBAUM, M. *Not for profit: why democracy needs the humanities*. Nova Jersey: Princeton University Press. 2010.

O'NEILL, Onara. *Towards justice and virtue: a constructive account of practical reasoning*. Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

RAWLS, J. *A theory of justice, revised edition*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SANDEL, Michael. *Justice: what's the right thing to do?* Nova York: Farrar, Straus and Giroux. 2009.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras. 2000.

STIGLITZ, Joseph E. GDP Fetishism. Project Syndicate, 2009. Disponível em <[www.project-syndicate.org/commentary/stiglitz116/english](http://www.project-syndicate.org/commentary/stiglitz116/english)>. Acessado em 18 nov. 2011.

UNDP. *Evaluation of UNDP contribution to South-South cooperation*. NY: UNDP. 2008.

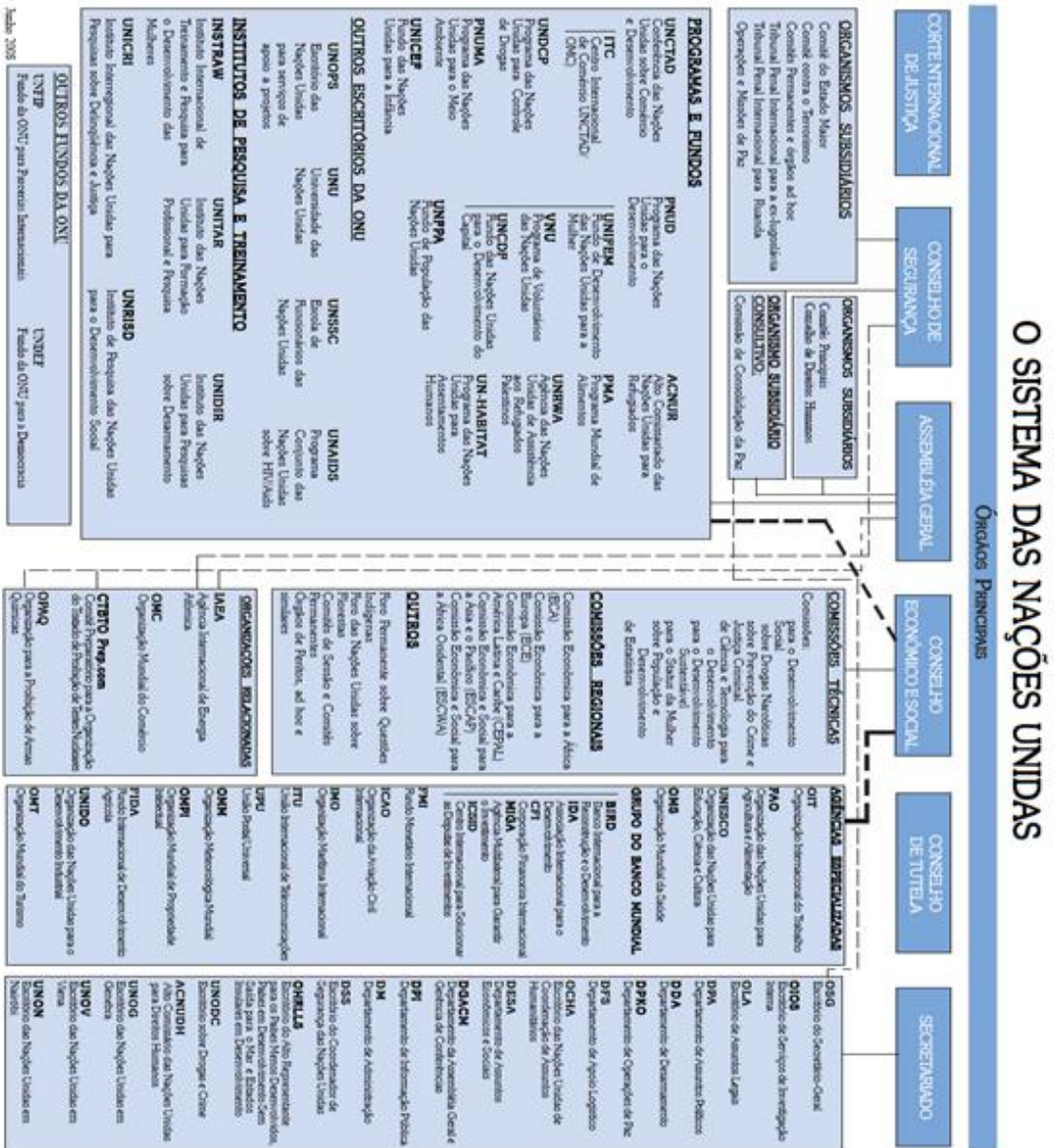
United States Government Accountability Office. *"United Nations: management reforms and operational issues."* Washington: GAO. 2008

WORLD BANK. Development results in middle-income countries: an evaluation of the World Bank's support. Washington: World Bank. 2007.

WORLD BANK. World Development Report. Washington: World Bank. 2004.

# 7 Anexos

## Anexo 1



Fonte: ONU, 2011.



## Anexo 2

### World Bank Atlas Method

In calculating gross national income (GNI—formerly referred to as GNP) and GNI per capita in U.S. dollars for certain operational purposes, the World Bank uses the Atlas conversion factor. The purpose of the Atlas conversion factor is to reduce the impact of exchange rate fluctuations in the cross-country comparison of national incomes.

The Atlas conversion factor for any year is the average of a country's exchange rate (or alternative conversion factor) for that year and its exchange rates for the two preceding years, adjusted for the difference between the rate of inflation in the country, and through 2000, that in the G-5 countries (France, Germany, Japan, the United Kingdom, and the United States). For 2001 onwards, these countries include the Euro Zone, Japan, the United Kingdom, and the United States. A country's inflation rate is measured by the change in its GDP deflator.

The inflation rate for G-5 countries (through 2000, and the Euro Zone, Japan, the United Kingdom, and the United States for 2001 onwards), representing international inflation, is measured by the change in the SDR deflator. (Special drawing rights, or SDRs, are the IMF's unit of account.) The SDR deflator is calculated as a weighted average of the G-5 countries' (through 2000, and the Euro Zone, Japan, the United Kingdom, and the United States for 2001 onwards) GDP deflators in SDR terms, the weights being the amount of each country's currency in one SDR unit. Weights vary over time because both the composition of the SDR and the relative exchange rates for each currency change. The SDR deflator is calculated in SDR terms first and then converted to U.S. dollars using the SDR to dollar Atlas conversion factor. The Atlas conversion factor is then applied to a country's GNI. The resulting GNI in U.S. dollars is divided by the midyear population to derive GNI per capita.

When official exchange rates are deemed to be unreliable or unrepresentative of the effective exchange rate during a period, an alternative estimate of the exchange rate is used in the Atlas formula (see below).

The following formulas describe the calculation of the Atlas conversion factor for year t:

$$e_t = \frac{1}{3} \left[ e_{t-2} \left( \frac{p_t / p_t^{\$}}{p_{t-2} / p_{t-2}^{\$}} \right) + e_{t-1} \left( \frac{p_t / p_t^{\$}}{p_{t-1} / p_{t-1}^{\$}} \right) + e_t \right]$$

and the calculation of GNI per capita in U.S. dollars for year t:

$$Y_t^{\$} = (Y_t / N_t) / e_t^*$$

where  $e_t^*$  is the Atlas conversion factor (national currency to the U.S. dollar) for year t,  $e_t$  is the average annual exchange rate (national currency to the U.S. dollar) for year t,  $p_t$  is the GDP deflator for year t,  $p_t^{\$}$  is the SDR deflator in U.S. dollar terms for year t,  $Y_t^{\$}$  is the Atlas GNI per capita in U.S. dollars in year t,  $Y_t$  is current GNI (local currency) for year t, and  $N_t$  is the midyear population for year t.